REFERÊNCIAS

1. CARMO A (2001). Educação física e inclusão escolar: em busca da superação dos limites da adaptação. *Revista Conexões* 6: 69-85.
2. SILVA S, ARANHA M (2005). Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial* 11: 373-394.
3. BELTRAME T, RIBEIRO T (2004). Atitudes de graduandos em educação física do CEFID em face da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. *Revista da Educação Física/UEM* 15: 17-22.
4. BLOCK M (1994). Why all students with disabilities should be included in Regular Physical Education. *Palaestra* 10: 17-24.
5. PALLA A (2001). Atitudes de professores e estudantes de Educação Física em relação à proposta do ensino inclusivo. *Motriz* 7: 57-58.
6. AVRAMIDIS E, NORWICH B (2002). Mainstream teachers' attitudes towards inclusion/integration: a review of the literature. *European Journal of Special Needs Education* 17: 129-147.
7. MARQUEZINE MC, ALMEIDA MA, TANAKA EDO (2003). Capacitação de professores e profissionais para educação especial e suas concepções sobre inclusão. *Londrina: Eduel*.
8. GORGATTI MG, PENTEADO SHNW, PINGE MD, DE ROSE JR D (2004). Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento* 12: 63-68.
9. LOPES KAT, SOARES AA, SILVA RS, FIGUEIREDO VD (2007). Inclusive Physical Education Public schools in the Brazilian State of Amazonas. *Sobama Journal* 12:189-194.
10. SILVA R S. Estudo sobre Atitude do profissional de saúde com relação a perspectiva de vida ativa de pacientes com lesão medular. In: Congresso de iniciação científica, 2003, Manaus. Congresso de iniciação científica, 2003.
11. BARBOSA E (2005). O analfabetismo de adultos e crianças em idade escolar, na zona urbana do município de Fonte Boa-AM. [Dissertação]. Manaus: Universidade Federal do Amazonas; 2005.
12. BEKIARI A; SAKELARIOU K (2004). Physical education teacher's opinions toward inclusion of students with disabilities. *Italian journal of sport sciences* 11: 11-15.
13. MEEGAN S, MACPHAIL A (2006). Irish physical educators' attitude toward teaching students with special educational needs. *European Physical Education Review* 12: 75-97.
14. OLIVEIRA MC, MIRANDA AAB (2007). Inclusão escolar: concepções de professores de alunos deficientes mentais na educação regular. *Revista Horizonte Científico - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* 1: 1-22.
15. ALVES MLT, DUARTE E (2005). A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences* 27: 231-237.
16. RODRIGUES D A (2003). Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *Revista da Educação Física/UEM* 14: 73-81.

AUTORES:

Mário Teixeira ¹

Tiago Ribeiro ¹

¹ Universidade de Évora, Portugal

O processo de desenvolvimento desportivo: Fatores de incidência em Portugal

4057

PALAVRAS CHAVE:

Desenvolvimento do desporto regional.
Políticas públicas. Autarquias locais.
Gestão do desporto.

RESUMO

Este estudo pretende compreender os efeitos das políticas públicas de desporto nas pessoas, através do estudo de fatores que influenciam o processo de desenvolvimento regional do desporto em Portugal. O modelo de análise relaciona diversos indicadores relativos a dimensões de natureza organizacional, financeira, política e desportiva, com enfoque no número de praticantes de desporto. A metodologia utiliza a econometria espacial, considerando a correlação espacial na estimação das variáveis explicativas do desenvolvimento do desporto, numa base de dados em painel data de 2000 a 2009. Os resultados indicam que o aumento do número de praticantes desportivos é favorecido pelos agentes desportivos (dirigentes), despesa e investimento (despesas em cultura e desporto) e política desportiva (vereadores social-democratas ou independentes). Não o número de infraestruturas desportivas e as despesas de capital (despesa e investimento) e o número de vereadores centristas (política desportiva). Concluimos que as políticas de crescimento da prática desportiva deverão: 1) apostar no fator humano [incentivar o dirigismo desportivo]; 2) escolher uma gestão municipal preferencialmente social-democrata ou independente. Recomendamos que as políticas desportivas centradas no aumento dos praticantes considerem o contexto socioeconómico, reforcem o capital humano directivo e assegurem um modelo de financiamento sustentável.

Correspondência: Mário Teixeira. Proto-Departamento do Desporto e Saúde da Universidade de Évora, Portugal. (mario.teixeira@uevora.pt).

The process of sports development: Incidence factors in Portugal

ABSTRACT

This research aims to understand the effects of public policies of sport in people, through the study of factors influencing the process of sport regional development in Portugal. Chosen framework relates several variables referred to the organizational dimension, financial, political and sportive aspects, focusing on the number of athletes. The applied methodology uses spatial econometrics, considering the spatial correlation of the explanatory variables in the estimation of the sport development in a 2000 to 2009 panel database. The obtained results indicate an increasing number of athletes to be favoured by sports agents (sporting director), expenditure and investment (spending on culture and sports) and sports policies (social democrats or independent councillors). Are not contributors, number of sports facilities and capital expenditure (expenditure and investment) and number of councillors from christian-democratic parties (sports policy). We conclude that the growth policies for sport should: 1) invest in the human factor [executive board encouraged]; 2) preferably choose a municipal social democrat or independent management. We recommend that sports policies focused in increasing the number of sports practitioners should consider the socio-economic context, enhance the human capital of directors and ensure a sustainable financing model.

KEY WORDS:

Sport development. Regional development. Public policy.
Local government. Governance. Sport management.

INTRODUÇÃO

A qualidade de vida e o bem-estar das populações constitui a mais elementar finalidade das políticas de desenvolvimento do desporto. A amplitude do sistema desportivo português deveria sugerir uma complementaridade das ações dos diversos operadores. A prática de atividades físicas e desportivas é fomentada através de diversos subsistemas e sectores, em diferentes ambientes institucionais, oferecido por múltiplas organizações desportivas, dirigidas a todas as pessoas.

Embora exista uma multiplicidade de intervenções no sistema desportivo nacional, a necessidade de compreender a componente do desenvolvimento regional do desporto é cada vez mais premente, no sentido de melhor compreendermos a forma como o desporto poderá chegar a mais pessoas.

Por esse motivo, este artigo tem como objetivo compreender os fatores que influenciam o processo de desenvolvimento desportivo regional. Para isso, relacionaram-se diversas variáveis relativas às dimensões organizacional, financeira e política com diferentes indicadores de natureza desportiva, nomeadamente o número de praticantes desportivos.

As variáveis foram analisadas segundo critérios territoriais, considerando os dezoito distritos delimitados pelas cinco regiões-plano de Portugal continental e pelas duas regiões autónomas (Madeira e Açores), numa distribuição geográfica por 308 municípios.

Este artigo distingue-se em dois parâmetros verdadeiramente inovadores, com especial significado. Por um lado, verificamos uma insuficiência de estudos sobre o tratamento dos níveis supra municipais relativos à realidade desportiva portuguesa e europeia. Por outro lado, a investigação é absolutamente inovadora ao analisar o desenvolvimento desportivo regional através de modelos de econometria espacial.

De acordo com a literatura mais recente, a maioria dos trabalhos académicos refere que o tratamento das políticas de desenvolvimento do desporto assume uma enorme importância na análise das políticas desportivas regionais, nacionais, europeias ou no acompanhamento de certas tendências mundiais. Nestes estudos ^(1; 2; 8; 9; 12; 10; 19), as políticas de desporto são entendidas numa estreita relação com uma determinada ideologia política, assentes num sistema complexo de coligações e acordos políticos.

Houlihan e White ⁽¹¹⁾ destacam o papel das autoridades locais no Reino Unido, enquanto parceiros fundamentais. Os mesmos autores observaram que, inicialmente, a questão do desenvolvimento do desporto era marginalizada nas estratégias administrativas e políticas. No entanto, a importância do desenvolvimento do desporto aumentou gradualmente com as políticas do governo do "Novo Trabalhismo". Além de contribuir para o desenvolvimento do sistema desportivo, as autoridades locais perceberam e começaram a utilizar o desporto como uma importante ferramenta para alcançar os objetivos globais da política de bem-estar. Assim, as políticas de desporto das autarquias locais podem ser entendidas como um meio essencial para promover a inclusão social e coordenar os esforços de outros parceiros.

Segundo Numerato ⁽¹⁶⁾, num artigo científico publicado sobre a República Checa, é colocado em evidência que o processo de decisão relacionado com o desporto, também ao nível local, persegue maioritariamente objetivos pessoais e o futuro político dos decisores, em prejuízo do desenvolvimento do desporto regional ou o bem-estar das comunidades.

Em contraponto a este último exemplo, várias cidades dos países mais desenvolvidos da Europa utilizam o desporto como um meio de revitalização económica, como revela um estudo da Universidade de Sheffield, sendo esta uma cidade modelo. De acordo com Davies ⁽⁷⁾ revelam-se as externalidades do desporto na economia regional, referindo apenas os dados mais evidentes, é visível na diminuição das taxas de desemprego, de despesas de saúde, de crime e vandalismo.

Também um estudo londrino dos autores Houlihan, Bloyce, e Smith ⁽¹³⁾ corrobora esta perspetiva quando conclui sobre a agenda das políticas desportivas regionais, referindo-se ao desporto como um instrumento de baixo custo para minimizar os mais diversos problemas sociais. São colocados como objetivos da intervenção desportiva regional a regeneração económica, o controlo social (considerando que a prática de atividades desportivas pode evitar o envolvimento noutro tipo de atividades desviantes), o desenvolvimento de capital social e, também, os mais variados objetivos diplomáticos ⁽¹³⁾.

As autarquias locais, e em particular as câmaras municipais, assumem um papel essencial no desenvolvimento sócio-desportivo. Pelo seu posicionamento de proximidade relativamente aos cidadãos, encerram um conhecimento profundo sobre as suas vontades e necessidades, detendo as competências e os meios possíveis para as satisfazer. Em Portugal, os representantes das autoridades nacionais concluíram sobre as políticas desportivas que “sem intervenção das autarquias não há desenvolvimento desportivo” (Associação Nacional dos Municípios Portugueses). Efetivamente, o contributo do poder local tem uma grande relevância no desenvolvimento regional do desporto, dado que deve desempenhar um papel regulador e interventivo nas políticas desportivas regionais.

Todavia, interessa realçar que a esmagadora maioria dos estudos sobre este tema têm vindo a centrar-se no nível municipal e não no nível regional. Estes estudos, dão especial atenção à potencialidade e utilidade dos normativos que regulam o desporto e reforçam o papel dos municípios. Em Portugal, o retrato das políticas desportivas de âmbito local ainda está distante da realidade que este estudo identifica.

Em resultado da ausência de uma estratégia claramente definida e específica, a implementação das políticas desportivas tem sido analisada através de factores que a afectam, incluindo os condicionalismos políticos, a falta de entusiasmo das pessoas, a disposição para beneficiar dos dados estatísticos, os problemas de qualificação profissional dos agentes ou os constrangimentos da participação dos sectores voluntários e académicos ^(s/n).

Nesta medida, estudar o processo de desenvolvimento regional do desporto configura um especial interesse, dada a importância do estudo face ao estado atual do conhecimento. Deste modo, considerando o enfoque científico no desenvolvimento desportivo regional e a escassa literatura existente, não se sabe quais os fatores que conduzem ao facto do desporto se desenvolver no território e, por consequência, interferir no número de praticantes desportivos.

Neste contexto, é espectável que os fatores que influenciam o processo de desenvolvimento do desporto numa determinada região estejam diretamente relacionados com diversas dimensões e com diferentes indicadores de natureza desportiva. Contudo é de esperar que haja pontos críticos e algumas variáveis não expliquem de forma intuitiva o seu contributo para o aumento do número de praticantes.

MÉTODO

O presente artigo analisa o desenvolvimento regional do desporto em Portugal, usando um modelo de regressão de econometria espacial, o qual considera a correlação espacial na estimação das variáveis explicativas do desenvolvimento do desporto. Neste estudo utilizaram-se vários modelos de econometria espacial e uma base de dados por distrito, em *panel data*, de 2000 a 2009.

Do ponto de vista metodológico, para explanar quantitativamente as determinantes da prática desportiva nas vinte áreas do território nacional (dezoito distritos e duas regiões autónomas), recorreu-se à **modelização econométrica**. As **características estruturais dissemelhantes** e heterogéneas patentes na população em análise, bem como a interdependência e autocorrelação entre os elementos da mesma – os efeitos espaciais – poderão tornar problemática a aplicação dos métodos econométricos tradicionais ⁽¹⁴⁾.

Primeiramente considerou-se a disposição espacial de cada distrito da amostra, i.e., de cada localização espacial – *location* ⁽²⁾.

Consequentemente, estudou-se a disposição geográfica dos dados que pode ser representada por uma matriz de ponderações quadrada e de ordem N e pelos seus respectivos valores próprios - *eigenvalues*, procedimento que se entende como necessário à aplicação dos modelos de econometria espacial ⁽¹⁷⁾, neste caso, alicerçada na latitude e longitude de cada distrito.

Seguidamente, no sentido de testar empiricamente a presença de autocorrelação espacial global, empregou-se o teste de Moran's I ⁽¹⁵⁾. Definindo a estatística de teste como:

$$(i) \quad I = \frac{n \sum_i \sum_{j \neq i} w_{ij} (y_i - \bar{Y})(y_j - \bar{Y})}{\sum_i \sum_{j \neq i} w_{ij} (y_i - \bar{Y})^2}$$

y_k Onde,

é o valor da variável endógena na localização k , $k = \{i, j\}$

w_{ij} pondera a proximidade geográfica entre y_i e y_j

Sob a hipótese nula – ausência de autocorrelação espacial, o valor esperado de I é dado por:

$$(ii) \quad E(I) = \frac{-1}{n-1}$$

A ideia intuitiva é a da comparação entre I e o seu valor esperado. Se a diferença for substancialmente alta (baixa), então, (não) existe evidência empírica de que a variável Y se caracteriza por uma autocorrelação espacial positiva (se a diferença for positiva), ou negativa (se a diferença for negativa). Como, sob a hipótese nula, I é normalmente distribuído, pode-se empregar a estatística Z , almejando testar se se justifica (ou não) a aplicação dos métodos da econometria espacial.

$$(iii) \quad Z = \frac{I - E(I)}{se(I)} \sim N(0,1)$$

Após a aplicação do referido teste de autocorrelação global, do qual se espera apriori que evidencie a presença de autocorrelação espacial, aplicou-se quatro modelos econométricos que se ilustram de seguida.

Primeiro, o modelo de regressão clássico OLS (ordinary least squares), ignorando as eventuais heterogeneidades e autocorrelações espaciais, ou seja, assumindo a independência entre as variáveis explicativas, da forma:

$$(iv) \quad y = X\beta + \varepsilon$$

Segundo, no contexto na econometria espacial, de entre a vasta gama de modelização possível, apresentaremos os três modelos espaciais mais importantes ^(1; 2; 4; 18).

Assim, aplicou-se o modelo SAR (spatial lag autocorrelation model), onde se permite a presença de autocorrelação entre as variáveis, flexibilizando a hipótese da independência entre as mesmas, com a introdução da matriz das localizações (W), através da seguinte forma funcional:

$$(v) \quad y = \rho W + X\beta + \varepsilon$$

Depois, utilizou-se o modelo SEM (spatial error model), onde a ocorrência de autocorrelação entre os termos de erro é tida em linha de conta, enfraquecendo, assim, a hipótese da ausência de (auto)correlação entre os termos de perturbação aleatórios, empregando, uma vez mais, a matriz espacial (W):

$$(vi) \quad \begin{aligned} y &= X\beta + \mu \\ \mu &= \lambda W + \varphi \end{aligned}$$

Por último, empregou-se uma mistura entre os últimos dois modelos expostos, onde, simultaneamente se considera a possibilidade de os fatores espaciais resultarem, em conjunto, tanto de autocorrelação entre as variáveis, como de entre os erros aleatórios – o modelo SAC (spatial lag and spatial error autocorrelation model).

$$(vii) \quad \begin{aligned} y &= \rho W + X\beta + \mu \\ Y_{it} &= \rho W_{it} + X_{it}\beta + \mu_{it} \end{aligned}$$

De acordo com a metodologia seguida, este artigo permite distinguir porque se analisa o desporto numa escala territorial intermédia, entre o Estado central e os municípios, e porque se trata o desenvolvimento regional do desporto com modelos de econometria espacial.

RESULTADOS

Os resultados obtidos na investigação são fundamentados de acordo com os modelos econométricos devidamente anunciados.

No que respeita ao teste de Moran's I , que objetiva a averiguação empírica acerca da presença de autocorrelação espacial das variáveis, como consta na Tabela 1, seguidamente reproduzida, atestou-se a presença de autocorrelação espacial, não só na variável dependente, como também na generalidade dos regressores. Tal ocorrência, além de corroborar as nossas expectativas preambulares acerca do comportamento das variáveis, justifica a modelização no quadro da *spatial econometrics*.

TABELA 1 — Estatísticas de Moran's I .

NOBS	VARIÁVEIS	I	ESTATÍSTICA Z	VALOR P
	CONSTANTE	-0,032	-4,706	0,000
	ORGANIZAÇÕES E AGENTES			
9	CLUBE	-0,014	1,617	0,053

NOBS	VARIÁVEIS	I	ESTATÍSTICA Z	VALOR P
10	TREIN	-0,009	-0,785	0,216
11	ÁRBIT	0,014	3,303	0,000
12	DIRIG	0,005	1,807	0,035
DESPESA E INVESTIMENTO				
13	INFRA	-0,012	-1,215	0,112
14	DESPCAP	0,017	4,000	0,000
15	DESPCORR	-0,024	-3,293	0,000
16	DESCULTDESP	-0,006	-0,235	0,407
POLÍTICA DESPORTIVA				
17	POLPS	-0,03	-4,413	0,000
18	POLPSD	0,099	18,161	0,000
19	POLCDU	0,195	35,057	0,000
20	POLCDS	-0,044	-6,978	0,000
21	POLINDEP	-0,008	-0,594	0,276

NOTA: A negrito, os coeficientes estatisticamente diferentes de zero.

Em relação aos resultados da estimação dos modelos anteriormente expostos, e aqui representados, devemos referir que, embora nos levem a conclusões não muito dissemelhantes, o modelo SAC foi o que melhor se adequou aos dados disponíveis, pois apresenta o menor *log likelihood*. Os resultados são apresentados seguidamente na Tabela 2.

TABELA 2 — Resultados da estimação dos modelos econométricos.

NOBS	VARIÁVEL	OLS	SEM	SAR	SAC
	CONSTANTE	-8998,644	-30346,320	37757,260	3496,734
		(-0,80)	(-2,57)	(2,59)	(0,23)
ORGANIZAÇÕES E AGENTES					

NOBS	VARIÁVEL	OLS	SEM	SAR	SAC
9	CLUBE	-1,839	-1,025	-2,014	-1,948
		(-1,28)	(-0,82)	(-1,57)	(-1,49)
10	TREIN	0,874	5,994	0,954	0,458
		(0,32)	(2,22)	(0,39)	(0,18)
11	ÁRBIT	-1,333	-4,967	-1,304	-0,031
		(-0,28)	(-1,12)	(-0,31)	(-0,01)
12	DIRIG	2,894	0,940	2,822	2,529
		(2,82)	(0,93)	(3,08)	(2,63)
DESPESA E INVESTIMENTO					
13	INFRA	-12,461	-6,561	-12,999	-12,496
		(-4,1)	(-1,85)	(-4,78)	(-3,97)
14	DESPCAP	-0,174	0,218	-0,165	-0,165
		(-2,01)	(2,85)	(-2,13)	(-2,03)
15	DESPCORR	-0,102	0,041	-0,020	-0,062
		(-0,49)	(-0,22)	(-0,11)	(-0,31)
16	DESCULTDESP	0,115	0,096	0,096	0,099
		(2,45)	(2,31)	(2,28)	(2,31)
POLÍTICA DESPORTIVA					
17	POLPS	45,604	152,402	114,425	-16,517
		(0,63)	(1,53)	(1,73)	(-0,22)
18	POLPSD	248,015	267,340	189,760	265,921
		(4,32)	(4,05)	(3,58)	(3,72)
19	POLCDU	-124,933	-23,738	-200,873	-131,998
		(-1,56)	(-0,30)	(-2,72)	(-1,31)
20	POLCDS	-334,988	-131,340	-654,104	-595,202
		(-1,38)	(-0,51)	(-2,87)	(-2,41)

NOBS	VARIÁVEL	OLS	SEM	SAR	SAC
21	POLINDEP	632,017	677,468	377,120	567,784
		(2,57)	(2,79)	(1,66)	(2,31)
MEDIDAS GLOBAIS DE AJUSTAMENTO DO MODELO					
	R	0,869			
	LOG LIKELIHOOD		-2018,296	-2015,096	-2022,068
	SPATIAL ERROR EFFECT (LAMBDA)		-3,143		0,524
			(-9,52)		(-2,69)
	SPATIAL LAG (RHO)			-1,198	-0,293
				(-4,46)	(-2,51)
	OBSERVAÇÕES	200	200	200	200

NOTA: Estatística z entre parênteses. A negrito vêm os coeficientes estatisticamente diferentes de zero a um nível de significância nominal de 5%.

Em primeiro lugar, na generalidade, ambos os modelos revelaram uma boa qualidade de ajustamento. Em relação ao OLS, apresentou um R-quadrado de 87%, pese embora o número de regressores empregues na estimativa. Por outro lado, é evidenciado pela função do logaritmo da verosimilhança que o SEM, o SAR e o SAC apresentaram, respetivamente, valores de -2018,296, -2015,096 e -2022,068.

Mais concretamente, foi no SEM que menos coeficientes se revelaram estatisticamente significativos. De certa forma, tal ocorrência corrobora a ideia que o SAC foi aquele que revelou menor qualidade do ajustamento aos dados. No entanto, tanto o *lambda*, como o *rho* no SAC são estatisticamente bastante significativos, sucedendo o mesmo fenómeno, respetivamente, nos parâmetros do SEM (*lambda*) e do SAR (*rho*), quando considerados individualmente. Em rigor, constatámos uma unanimidade quanto à relevância dos modelos espaciais contra a alternativa OLS em todas as estatísticas de teste. Assim, tanto no teste de Wald, como no teste do rácio das funções de verosimilhança, a compreensibilidade estatística aponta para a significância, também ela forte, dos *spatial models*. Uma vez mais, tal circunstância concorre para a pertinência da utensilagem econométrica empregue no presente artigo.

Desta feita, cremos ser importante referir que, de acordo com as nossas estimativas, os maiores determinantes do número de praticantes de desporto nos diversos distritos nacionais, são as despesas de capital e as despesas em cultura e desportos. Se as primei-

ras concorrem para a diminuição do número de praticantes, as segundas contribuem para o oposto. De referir, ainda, que as despesas correntes (que se esgotam de um ano para o outro) em nada influenciarem o número de praticantes desportivos (variável endógena).

DISCUSSÃO

De acordo com a análise dos resultados, contribuem para o aumento do número de praticantes desportivos os agentes desportivos (dirigentes), a despesa e investimento (despesas em cultura e desporto) e finalmente a política desportiva (vereadores social-democratas e independentes). Por outro lado, contribuem para a sua diminuição a despesa e investimento (infra-estruturas e despesas de capital) e a política desportiva (vereadores centristas). Estes resultados validam a investigação anterior de Barros ⁽³⁾, a qual não usou modelos de econometria espacial e focou um período de análise mais antigo.

Curiosamente, também importa registar que nenhuma das variáveis estudadas relativas à orgânica institucional do desporto (número de clubes) e parte da componente humana (treinadores e árbitros/ juízes) foram capazes de apresentar evidência estatística que permitisse explicar o aumento do número de praticantes desportivos.

O facto do aumento do número de clubes não provocar o aumento do número de praticantes, poderá significar que os clubes existentes não procuram atrair mais praticantes, pelo que deverão representar maioritariamente pequenos clubes que participam em quadros competitivos de baixo rendimento desportivo. Noutro sentido, a falta de investimento na valorização do capital humano no desporto originou uma crise profunda na atração e capacidade de intervenção do dirigismo associativo desportivo. Por outro lado, poderemos interpretar que o aumento de praticantes ocorra pela captação de mais atletas unicamente pelos clubes existentes, particularmente os ecléticos de média e grande dimensão. Estes aspetos exigem no futuro mais investigação.

O caso do aumento do número de treinadores não apresentar evidência estatística no aumento do número de praticantes sugere-nos duas justificações de base. Ou os técnicos que concluem os cursos de treinadores abandonam a respetiva modalidade ou as equipas técnicas reforçam o número de “treinadores adjuntos” sem impacto direto no aumento do número de praticantes desportivos porque enquadram os mesmos atletas.

Se, por um lado, importará reformular as condições de obtenção das licenças para o exercício da função de técnico de desporto, no sentido de evitarmos o desperdício do financiamento público investido na qualificação de recursos humanos que abandonam imediatamente ou precocemente as suas carreiras. Por outro lado, também sabemos que as mais valias geradas pela oferta de programas de formação para agentes desportivos representa uma importante receita para o movimento associativo desportivo de nível regional e nacional.

Relativamente ao número de infra-estruturas e as despesas de capital que contribuem para a diminuição do número de praticantes. Neste caso, parte desta despesa poderá perder-se em investimentos ineficazes ou errados. Uma parte, eventualmente, em equipamentos inúteis para o desenvolvimento do desporto. Outra parte, em teoria, poderá também delapidar-se devido a motivos de natureza ética que carecem de maior fiscalização, sendo que o suposto efeito positivo no número de praticantes desaparece. Embora sem evidência estatística, também o aumento das despesas correntes não explica o aumento do número de praticantes. Em alguns casos, poderemos interpretar através das elevadas despesas com o desporto profissional ou em pagamentos de salários de jogadores. Face a estes resultados, poderemos aferir que não será pela realização de mais despesas de capital que conseguiremos aumentar o número de praticantes desportivos.

Quanto às questões de política desportiva, a inexistência de efeitos positivos do número de vereações das forças políticas de esquerda no número de praticantes poderá explicar-se através de razões doutrinárias. Apesar de reconhecermos que as suas opções de política municipal priorizam e valorizam o fomento da actividade física e desportiva da população, com resultados positivos e visíveis em contexto de gestão municipal, não significa que esses praticantes estejam inscritos nas federações desportivas nacionais de modalidades como atletas federados.

Se as políticas públicas de desporto, especialmente de âmbito municipal, procuram aumentar o número de praticantes desportivos através do estímulo à prática desportiva da população, então os municípios deverão direccionar-se para essa finalidade e evitarem políticas ineficazes, nomeadamente as políticas de “lançar dinheiro em cima dos problemas”, as quais foram muito comuns em Portugal no período em análise. Em parte, devido à abundância de fundos comunitários disponíveis, especialmente para a construção de equipamentos desportivos de base recreativa e formativa. Mas, nem todos esses investimentos originaram um aumento do número de praticantes desportivos.

Deste modo, a relevância dos dados permite-nos a concluir que as políticas públicas que pretendam fomentar a prática desportiva formal apresentam maior probabilidade de sucesso quando intensificam a alocação de recursos financeiros, alargam as equipas diretivas dos clubes e atribuem a gestão municipal a mais vereadores social-democratas ou independentes, com maior pendor num dos maiores partidos que formam o apelidado “bloco central”, nomeadamente aquele que apresenta uma forte implantação de base autárquica. Acrescentaríamos, também, o reforço municipal na formação dos recursos humanos e no controlo na aplicação do financiamento público.

REFERÊNCIAS

1. Anselin, L. (1988). *Spatial Econometrics: Methods and Models*. Boston: Kluwer Academic Publishers.
2. Anselin, L. (1992). *Spatial Data Analysis with GIS: An Introduction to Application in the Social Sciences*. National Center for Geographic Information and Analysis. Santa Barbara: University of California.
3. Barros, C. (2006). Local Government and Regional Development in Sports. In W. Andreff & S. Szymanski (Eds.), *Handbook of Sport Economics* (pp. 287-298). Cheltenham: Edward Elgar.
4. Bernat, A. (1996). Does manufacturing matter? A spatial econometric view of Kaldor's laws. *J. Regional Sci.*, 36, 463-477.
5. Bergsgard, A., & Rommetvedt, H. (2006). Sport and politics: the case of Norway. *International Rev. For The Sociology of Sport*, 41(1), 7-27.
6. Bergsgard, A., Houlihan, B., Mangset, P., Nodland, I., & Rommetvedt, H. (2007). *Sport policy: a comparative analysis of stability and change*. Amsterdam: Butterworth-Heinemann.
7. Davies, L. (2002). Sport in the city: Measuring economic significance at the local level. *ESMQ*, 2(2), 83-112.
8. Enjolras, B., & Waldahl, H. (2007). Policy-making in sport: the Norwegian case. *International Rev. For The Sociology of Sport*, 42(2), 201-216.
9. Henry, P. (2001). *The politics of leisure policy* (2nd ed.). New York: Palgrave, Basingstoke.
10. Houlihan, B. (1997). Sport, national identity and public policy. *Nations and nationalism*, 3(1), 113-137.
11. Houlihan, B., & White, A. (2002). *The politics of sport development*. London: Routledge.
12. Houlihan, B. (2005). Public sector sport policy. *International Rev. For The Sociology of Sport*, 40(2), 163-185.
13. Houlihan, B., Bloyce, D., & Smith, A. (2009). Developing the research agenda in sport policy. *International Journal of Sport Policy*, 1, 1-12.
14. McMillen, D.P. (2010). Issues In Spatial Data Analysis. *J. Regional Sci*, 50(1), 119-141.
15. Moran, P. (1948). The interpretation of statistical maps. *J. R. Stat. Soc., Series B*(10), 243-251.
16. Numerato, D. (2009). The institutionalisation of regional public sport policy in the Czech Republic. *International Journal of Sport Policy*, 1(1), 13-30.
17. Ord, J.K. (1975). Estimation methods for models of spatial interaction. *JASA*, 70, 120-126.
18. Pisati, M. (2001). Tools for spatial data analysis. *Stata Technical Bulletin*, 60, 21-37.
19. Poupaux, S., & Andreff, W. (2007). The institutional dimension of the sport economy in transition countries. In M.M. Parent & T. Slack (Eds.), *International perspectives on the management of sport* (pp. 99-124). Amsterdam: Elsevier.